

**DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2012-STC, nos  
termos do Padrão nº 05/2002.

Processo nº 480.000.430/2012

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Transparência e Controle - STC, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 12º Andar, Praça do Buriti, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por Carlos Higino Ribeiro de Alencar, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 90002043543 – SSP/CE, inscrito no CPF sob nº 171.399.578-60, na qualidade de Secretário de Estado, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, doravante denominada CONTRATADA, com sede no SIA Trecho 02 Lotes 1835/1845, Térreo - Guará – Brasília/DF, CNPJ nº 03.495.108/0001-90, representada neste ato por Adalberto Monteiro, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 38.694 – SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 003.925.451-87, na qualidade de Diretor Executivo.

**Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico de fls.45/46, da Proposta da FUNAP, fls.2/5, e da Justificativa de Dispensa de Licitação, baseada no inciso XIII, art. 24, c/c art. 26 e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações, no Decreto nº 10.144/87, que aprova o Estatuto da CONTRATADA, no Decreto nº 24.193/2003, que dispõe sobre a criação do Projeto Reintegra Cidadão.

**Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades de reprografia, entrega de documentos, auxílio à organização de arquivos, copeiragem e serviços gerais, a serem realizados por sentenciados do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, administrado pela CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE, consoante especifica o Projeto Básico às fls.45/46 e a Proposta de fls.2/5, que passam a integrar o presente Termo, independentemente de transcrição.

**Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de execução indireta, segundo o disposto no art. 10, da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Quinta – Do Valor**

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 476.384,40 (quatrocentos e setenta e seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), que correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento da CONTRATANTE.

5.2 – A CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA, o valor máximo de R\$ 39.698,70 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos), correspondente à prestação dos serviços por até 30 (trinta) sentenciados, conforme discriminado no Projeto Básico.

5.3 – Os valores contratados serão reajustados, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou outro que vier a substituí-lo.

**Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:





I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04421622224268384

III – Natureza da Despesa: 339139

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 57.735,41 (cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos), conforme Nota de Empenho nº 2012NE00595, emitida em 19.10.2012, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

**Cláusula Sétima – Do Pagamento**

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dez) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

**Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação a critério da CONTRATANTE e na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Nona – Das Obrigações e Responsabilidade da Contratante**

9.1 – Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

9.2 – proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar todos os serviços objeto desta contratação;

9.3 – determinar o horário e o local onde serão prestados os serviços;

9.4 – realizar, por meio das chefias imediatas, o controle de assiduidade e pontualidade dos sentenciados por meio de folha de frequência, que será assinada em sua presença e ao final do mês atestada;

9.5 – encaminhar à CONTRATADA até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente as folhas de ponto dos sentenciados, devidamente assinadas e atestadas;

9.6 – os desligamentos solicitados pela Contratante devem ser encaminhados até o 25º (vigésimo quinto) dia útil do mês que anteceder o desligamento quando se tratar de desligamentos previsíveis e previamente decididos pela Contratante, sob pena de arcar com pagamentos adiantados de auxílios alimentação e transporte. No caso de desligamentos de sentenciados de forma repentina, seja por falta grave ou qualquer outra circunstância que não seja programada, deverá a Contratante informar à Contratada o seu desligamento no prazo máximo de até 1 (um) dia útil;

9.7 – orientar os sentenciados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços sejam realizados dentro dos seus parâmetros de eficiência e eficácia;

9.8 – cumprir com a CONTRATADA, todos os compromissos financeiros autorizados, assumidos ou adiantados em decorrência desta contratação;

9.9 – notificar à CONTRATADA, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas no decorrer do Contrato;

9.10 – acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, mediante representante especialmente designado, conforme disposto na legislação vigente;

9.11 – fornecer material de consumo, uniforme e equipamentos de proteção individual, caso necessário à utilização dos mesmos, na execução dos serviços contratados.

**Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

10.1 – Selecionar os sentenciados para o trabalho, conforme solicitação, dentre aqueles indicados pelos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal e a CONTRATANTE;

10.2 – indicar sentenciados que estejam com a documentação (Carteira de Identidade e CPF) regularizada e que possuam conta corrente em estabelecimento bancário;



A7



10.3 – orientar, inicialmente, os sentenciados encaminhados quanto à execução das tarefas, de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição;

10.4 – garantir à CONTRATANTE a mão-de-obra necessária à execução das tarefas, dentro dos horários por ela praticados, que não será inferior a 6 (seis) horas nem superior a 8 (oito) horas diárias, com descanso nos feriados e finais de semana, em conformidade com a Lei de Execuções Penais;

10.5 – prestar os serviços contratados na forma ajustada, mantendo a execução de cronograma de tarefas que vier a ser estabelecido pela CONTRATANTE;

10.6 – comunicar imediatamente à CONTRATANTE quando o sentenciado for recolhido ou entrar em licença médica;

10.7 – substituir no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis qualquer dos sentenciados que, por questão de recolhimento, licença-médica, ordem, disciplina ou assiduidade, não atendam aos interesses da CONTRATANTE, à exceção do encerramento da pena, quando o sentenciado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias;

10.8 – coordenar, comandar e fiscalizar o bom andamento dos serviços, cuidar da disciplina, controlar a frequência e a boa apresentação pessoal dos sentenciados;

10.9 – responsabilizar-se pelo pagamento dos salários, auxílios refeição e transporte dos sentenciados, bem como dos encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do Contrato;

10.10 – comprovar, juntamente com a fatura mensal dos serviços prestados, ou sempre que solicitado, a quitação dos encargos sociais, previdenciários e tributários, mediante a apresentação das respectivas certidões negativas;

10.11 – manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no ato da contratação;

10.12 – designar um preposto, para responder pelo Contrato, junto a CONTRATANTE;

10.13 – comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por meio de correspondência, qualquer fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico-financeira ou a imagem pública.

#### **Cláusula Décima Primeira – Da Alteração Contratual**

11.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

11.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

#### **Cláusula Décima Segunda – Das Penalidades**

12.1 – O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou da parcela, respectivamente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral;

12.2 – Por tratar-se de órgão, integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal e sem fins lucrativos, fica dispensada a prestação de garantia para execução do Contrato.

#### **Cláusula Décima Terceira – Da Dissolução**

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

#### **Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, reduzido a termo no respectivo processo, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a



As

CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Cláusula Décima Quinta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**Cláusula Décima Sexta – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Transparência e Controle, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

**Cláusula Décima Sétima - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o respectivo registro pela Secretaria de Transparência e Controle.

**Cláusula Décima Oitava – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 21 de novembro de 2012.

**Carlos Higinio Ribeiro de Alencar**  
Secretário de Estado

**Adalberto Monteiro**  
Diretor Executivo  
Matr. 262.744-2  
FUNAP/DF

